



DEMANDAS FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO TRANSPORTE ESCOLAR NA MICRORREGIÃO DE ITUIUTABA - MG

Yara Borges Franco RODOVALHO¹

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as diferenças e semelhanças das demandas formativas dos profissionais que atuam no transporte escolar na microrregião de Ituiutaba em relação aos aspectos operacionais e legais, que orientam esse serviço à população escolar. A problematização partiu do seguinte questionamento: Quais as diferenças e semelhanças das demandas formativas dos profissionais que atuam no transporte escolar na microrregião de Ituiutaba-MG?

Para alcançar o objetivo geral, delimitam-se objetivos específicos como: (a) conhecer como os municípios desenvolvem a política pública sobre o Transporte Escolar; (b) apropriar-se das Políticas Públicas do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o programa Caminho da Escola; e (c) identificar as demandas formativas dos profissionais que atuam no transporte escolar.

Para desenvolvimento desta pesquisa será utilizada a metodologia comparada que irá contribuir para respondermos a problematização. Neste estudo, a metodologia comparada constitui-se como recurso analítico das políticas públicas destinadas à formação dos profissionais que atuam no transporte escolar, sendo organizada em quatro momentos: fase descritiva, fase interpretativa, justaposição e análise comparativa.

A estrutura do trabalho foi distribuída em três seções. Sendo que na primeira será abordada sobre as Políticas Públicas no Brasil; a subseção sobre as políticas educacionais e sua conceituação; onde buscou-se compreender dentre as políticas públicas educacionais os programas ofertados pelo Governo Federal coordenados pelo FNDE, destacando o PNATE e, também, o Programa Caminho da Escola, que apresenta discussões sobre a importância das políticas públicas para alcançar os objetivos da educação que é direito de todos segundo a Constituição.

¹ Instituto de Ciências Humanas do Pontal /Secretaria Municipal de Educação Esporte e lazer, yara.bfr@hotmail.com





A segunda seção sobre a Metodologia Comparada introduzindo a fase de desenho metodológico, descrevendo-a, e apresentando a árvore de categorias, parâmetros e indicadores do transporte escolar; e a terceira, será sobre o Produto Educacional, por meio das informações contidas em um caderno temático, em que os conselheiros poderão identificar suas funções, acompanhar, a aplicação dos recursos federais transferidos para a conta do PNATE, a fim de analisarem os pareceres das prestações de contas relativos aos recursos do FUNDEB a serem apresentadas ao Tribunal de Contas. Em seguida, será apresentada a análise e discussão dos resultados e, por último, as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi feito como pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, com abordagem comparativa e qualitativa. O procedimento metodológico contou com questões objetivas semiestruturadas, com questionários e entrevistas aplicados aos gestores e profissionais que atuam no transporte escolar da microrregião de Ituiutaba-MG, visando compreender as divergências e convergências das demandas das políticas públicas de transporte escolar nesta região.

A pesquisa bibliográfica se encontra embasada em artigos, monografias, dissertações, teses, de autores que abordam a temática; bem como, leis e decretos já publicados, destacam-se autores do próprio campo como Araújo e Cassini (2017), Brasil e Capella (2016), Feijó (apud FNDE/CETRU, 2007), Ribeiro e Jesus (2014), Santos e Nunes (2020), Souza (2024), Veira (2015), Werlang (2012), entre outros que contribuíram para a pesquisa.

Foram realizadas visitas nos seis municípios e entrevistados 06 secretários, 06 diretores de departamento, 06 monitores e 06 motoristas que atuam no transporte escolar, no contexto de uma educação pública, na microrregião de Ituiutaba - MG, seguindo um roteiro de entrevista com aproximadamente 10 perguntas pertinentes ao tema que foram selecionadas, analisadas, e, posteriormente, embasadas em fundamentações teóricas que serviram de suporte para a análise da pesquisa e cada entrevista levou em média 60 minutos, com o objetivo de compreender o funcionamento do transporte escolar em cada município desta microrregião.

A pesquisa foi desenvolvida nos seis municípios da microrregião de Ituiutaba, sendo Cachoeira Dourada, Ipiaçu, Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã e Ituiutaba. A pesquisadora agendou previamente as entrevistas com cada Secretaria Municipal, sendo bem recebida em todas, e pode contar com a disponibilidade de todos os entrevistados. No município de Ipiaçu não foi possível realizar a entrevista com monitores e motoristas, devido ao horário de trabalho dos mesmos. Nos municípios de Cachoeira Dourada e Capinópolis a entrevista com as





secretárias foi adiada pela demanda de trabalho. As entrevistas com o motorista do município de Ipiaçu e monitoras do município de Gurinhata, Ipiaçu e Santa Vitória foram realizadas posteriormente por telefone, com o consentimento dos sujeitos participantes.

Após a realização das entrevistas em cada município, a pesquisadora gravou e transcreveu os áudios utilizando o aplicativo *transkriptor* onde foi possível coletar os dados com clareza de detalhes além de anotar todos os diálogos das entrevistas via telefone.

Para identificar o funcionamento do setor do transporte escolar de cada cidade desta microrregião, buscou-se compreender o organograma disponibilizado pelas Prefeituras Municipais e foram levantadas as necessidades e desafios das demandas formativas dos profissionais, que utilizam o transporte escolar, podendo fornecer informações sobre o serviço ofertado na microrregião de Ituiutaba.

Neste contexto, esta pesquisa se fundamenta na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205 que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O direito à educação foi consolidado ao longo do século XX como um direito humano fundamental, refletido em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Nesse sentido, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº. 9.394/96, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado.

O objetivo é dialogar com diferentes autores e perspectivas, de modo a evidenciar como essas políticas têm ou não contemplado a formação destes profissionais, garantindo o acesso e a permanência dos estudantes na escola, especialmente em contextos rurais como os que compõem a microrregião de Ituiutaba – MG.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em construção e observa-se como hipótese que as demandas formativas são várias, uma vez que poucos municípios se preocupam em oferecer formação para os servidores que atuam no Transporte Escolar.

Após a qualificação, serão construídos quadros organizados, contendo a justaposição dos dados obtidos por meio dos roteiros de entrevistas aplicados nos seis municípios da microrregião de Ituiutaba. Essa etapa visa possibilitar uma análise comparativa e detalhada das





boas práticas, desafios e características do transporte escolar em cada município, considerando aspectos como gestão, recursos humanos, frota, atendimento aos estudantes e qualidade do serviço. A organização dos dados em categorias e indicadores permitirá identificar padrões comuns e particularidades locais, facilitando o entendimento das dinâmicas que influenciam a operacionalização do transporte escolar na região. Além disso, esta análise contribuirá para a reflexão crítica sobre a efetividade das políticas públicas vigentes, assim como o desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade, eficiência do serviço oferecido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa dos dados, será aprofundada e sistematizada, contribuindo para a compreensão das dinâmicas locais e dos desafios enfrentados. Além disso, ressalta-se a importância do fortalecimento das parcerias entre entes federados, da capacitação contínua dos profissionais e da modernização dos sistemas de gestão, como mecanismos essenciais para a melhoria da qualidade e eficiência do transporte escolar.

Portanto, esta investigação reforça a relevância de políticas públicas integradas e adaptadas às especificidades regionais, visando garantir um transporte escolar seguro, inclusivo e acessível, garantindo, assim, o direito fundamental à educação.

Destaca-se nesta pesquisa que o transporte escolar desempenha papel fundamental no acesso e permanência dos estudantes na educação básica, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas.

A pesquisa sobre o transporte escolar na microrregião de Ituiutaba revela-se de grande importância tanto para o campo educacional quanto para a compreensão histórica das políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência dos estudantes na escola. Investigar essa temática permite identificar como as ações governamentais têm sido estruturadas para garantir o direito à educação, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais, sociais e econômicas, características presentes em grande parte dos municípios que compõem a microrregião.

No contexto educacional, o estudo do transporte escolar assume relevância por evidenciar as condições reais de deslocamento dos alunos das áreas rurais até as unidades de ensino, destacando o impacto que a oferta ou a ausência desse serviço exerce sobre a frequência, o rendimento e a permanência escolar. Ao analisar as políticas de gestão, financiamento e execução do transporte escolar, a pesquisa contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas de educação básica, em especial aquelas voltadas à equidade e à inclusão.





Sob o ponto de vista histórico, o estudo possibilita compreender a evolução das políticas educacionais e dos programas federais, estaduais e municipais destinados ao transporte de estudantes, situando as iniciativas locais de Ituiutaba e de sua microrregião no contexto mais amplo das transformações das políticas públicas brasileiras. Essa análise histórica permite verificar como as mudanças nas estruturas administrativas, nas fontes de financiamento e nas concepções de gestão pública influenciaram o desenvolvimento do transporte escolar.

Assim, a relevância dessa investigação ultrapassa o espaço geográfico da microrregião, pois seus resultados podem subsidiar reflexões e formulações de políticas educacionais em outros contextos semelhantes, fortalecendo a compreensão de que o transporte escolar é um componente essencial da política educacional. Trata-se de um instrumento que assegura o direito à educação, promove a inclusão social e reafirma o papel do Estado como responsável de condições equitativas de acesso ao ensino, especialmente nas regiões historicamente marcadas por desigualdades no campo educacional.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. **Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Resolução CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007. **Dispõe sobre as normas de execução do Programa Caminho da Escola**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/legislacao/ResolucaoCDFNDEn3de28de2007.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.





CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (orgs.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

